

## Destaque Igualdade de género



**Apesar de mais qualificadas, as mulheres continuam a ser fortemente penalizadas**

# A digitalização da sociedade está a deixar as mulheres ainda mais para trás

Boletim estatístico da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género mostra persistência de desigualdades, embora alguns aspectos tenham melhorado

Patrícia Carvalho

**P**erto da viragem de mais um ano, não é ainda tempo de anunciar o fim das distinções que deixam as mulheres para trás em relação aos homens, no que diz respeito a vários campos do trabalho e da vida – são elas quem mais termina cursos superiores, mas continuam sub-representadas em cargos de poder e decisão; apesar de ter diminuído a distância salarial entre ambos, elas ainda ganham menos do que eles (16%, em 2022), mesmo quando têm as mesmas funções e anos de experiência. E com uma sociedade cada vez mais digitalizada, há um novo factor a contribuir para a discriminação das mulheres: elas são ainda uma minoria nos cursos e profissões mais ligadas a essa realidade cada vez mais presente e, por isso, correm o risco de serem ainda mais deixadas para trás.

O alerta está no boletim estatístico *Igualdade de Género em Portugal 2024*, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que traça o retrato de uma desigualdade persistente, embora com tendência a diminuir em vários campos. Na área da digitalização, contudo, as diferenças entre homens e mulheres ainda são muito elevadas, com clara vantagem para os primeiros. “A digitalização e as tecnologias de infor-

mação e comunicação estão não só a moldar o mundo em que vivemos como estão também a moldar o nosso futuro. Nas últimas décadas, as tecnologias digitais transformaram, e vão continuar a transformar radicalmente, o mundo do trabalho, com profundas consequências para trabalhadoras, trabalhadores, empresas, entidades reguladoras, etc”, refere-se no boletim, para avisar: “Um dos desafios desta mudança que se está a operar relaciona-se com o *gap* entre mulheres e homens na área digital, não só ao nível do mercado de trabalho, mas também ao nível educacional, o que na prática se traduz em lacunas na inovação e no futuro de toda a economia digital e do conhecimento, já que a influência do sector digital é generalizada a todos os aspectos da vida.”

A confirmação desta discrepância está expressa em vários números que traduzem a realidade. Como aquele que nos diz que em 2021 (o ano mais recente analisado), em Portugal, as áreas das Ciências, Matemática e Informática, Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção representavam 28,1% dos diplomados entre os homens e apenas 17,2% entre as mulheres.

Ainda assim, a CIG também refere que, sendo esta discrepância comum na União Europeia dos 27 (UE27), em Portugal, desde 2015, que a proporção de mulheres diplomadas nestes cursos “é superior à média dos países da UE27”. De facto, os diplomados nestas áreas representam, na UE27, 28,9% dos homens e apenas 14,9% das mulheres, uma distância de 14 pontos percentuais, quando em Portugal essa separação não chega aos 11 pontos percentuais.

Olhando para as tecnologias de informação e comunicação (TIC), “imprescindíveis em todos os sectores da economia”, como se realça no boletim, a distância entre géneros é ainda maior: em cada dez diplomados nesta área, oito são homens e apenas duas pessoas são mulheres. Dados que, obviamente, têm reflexos no mercado de trabalho – em 2023, 80% das pessoas empregadas em TIC no país eram homens e apenas 20% eram mulheres. Ou seja, o que a CIG qualifica como “forte segregação das escolhas educacionais de rapazes e raparigas” carrega uma influência para a vida, tendo “um forte impacto na segregação

horizontal que se verifica ao nível do mercado do trabalho”.

E isto pode contribuir para a discrepância salarial que continua a existir no país, entre homens e mulheres, estando em causa empregos mais bem remunerados, mas não é obviamente o único factor. Aliás, essa discrepância surge num contexto de vários dados divergentes. Exemplos? As mulheres são 58,9% de todas as pessoas que concluíram um curso superior no ano passado, mas constituem 76,2% dos trabalhadores não qualificados do país e são apenas 36,9% dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos.

Globalmente, ganham menos do que os homens em todas as áreas (em média, menos 160 a 235 euros), mas esta discrepância tem vindo a diminuir, sendo mais baixa entre as pessoas com menos anos de profissão, o que parece indicar que há uma tendência para menor desigualdade salarial entre os trabalhadores em início de carreira, embora ela ainda exista em desfavor da mulher. Por outro lado, também é verdade que, “quanto mais qualificadas são as mulheres, menos elas ganham em relação aos homens”, relembra-se no boletim, com a indicação de que essa discrepância é superior a 25% entre quadros superiores ou mais de 20% entre profissionais altamente qualificados (se se considerar o salário ganho, que inclui prémios e suplementos, e não apenas o salário-base), enquanto não vai além dos 8,5% entre os profissionais não qualificados.

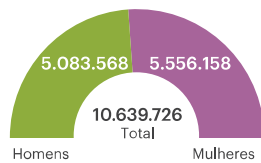
A conclusão, a este nível, continua a ser desoladora: “As remunerações médias (base e ganho) são sempre superiores nos homens em todos os níveis de qualificação, em todos os níveis de habilitação, para todos os graus de antiguidade e em todos os grandes grupos profissionais.”

Ou seja, as mulheres, que constituem a maior parte da população do país (52,2%), e que têm maior esperança de vida do que os homens (83,7 anos, enquanto eles se ficam pelos 78,4), abandonando menos a escola e constituindo a maioria das pessoas que concluem um curso superior, continuam a ganhar menos, a ser menos representativas nos órgãos de poder e decisão, a ter menos expectativa de anos de vida saudável a partir dos 65 anos (7,3 anos para ela, e 8,6 para eles, uma tendência inversa à da UE27) e a enfrentar um maior risco de pobreza, com valores que chegam, para a população com 65 anos ou mais, a 19,3% das mulheres e 14,1% dos homens.

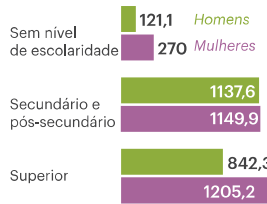
Quando se olha para a violência doméstica, as diferenças entre homens e mulheres são ainda mais avassaladoras: em 2023, houve mais de 30 mil ocorrências de violência doméstica e, em cada dez vítimas, sete eram mulheres. No outro lado

## Igualdade de género em Portugal

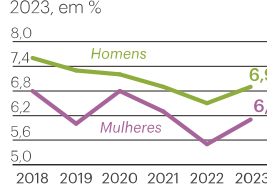
### População Em 2023



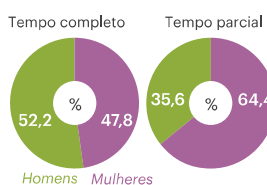
### Nível de escolaridade 2023, em milhares



### Evolução da taxa de desemprego de mulheres e homens 2023, em %



### Proporção de mulheres e homens empregados a tempo completo e a tempo parcial 2023, em %



### Representatividade de homens e mulheres em algumas instâncias de poder e tomada de decisão 2024, em %

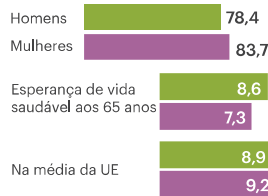


Fonte: Igualdade de género em Portugal - Boletim estatístico 2024, Comis. para a Cidad. e a Igualdade de Género.

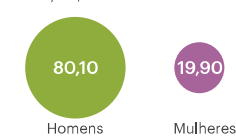
da balança, entre os agressores denunciados, em cada dez, oito eram homens.

Já as condenações por violência doméstica continuam a ser “residuais”, em relação ao número de ocorrências – foram apenas 4141 em

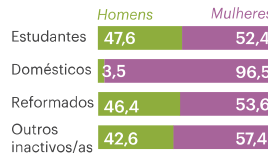
### Esperança de vida Em 2023



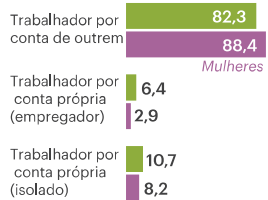
### Proporção de diplomados no ensino superior em tecnologias de informação e comunicação 2022/23, em %



### Distribuição da população inactiva por sexo 2023, em %



### População empregada por sexo e por situação na profissão 2023, em %



## Tarefas domésticas e de cuidado

# E se, de repente, as mulheres se recusassem a fazer o trabalho não pago? “O país parava”

Natália Faria

Se dúvidas houvesse quanto à elevadíssima feminização do trabalho doméstico e de cuidados (aos filhos, idosos e dependentes), o novo boletim estatístico sobre igualdade de género em Portugal desfá-las-ia num abrir e fechar de olhos: entre a população inactiva, a categoria de pessoas domésticas era em 97% representada por mulheres em 2023.

Sem surpresas, mesmo nos casos em que vivem com um cônjuge ou companheiro, continuam a ser elas quem assume o encargo de vestir os filhos pequenos (em 65% dos casos) ou verificar se estão apropriadamente vestidos, de os levar ao médico (55,6%) e à creche ou à escola, de controlar as horas de dormir e de ficar em casa quando estes adoeçam (63,7%). Do mesmo modo, são maioritariamente as mulheres quem prepara as refeições (65%) e quem lava e cuida da roupa (77,8%), entre outras tarefas não pagas.

O que aconteceria se, de repente, deixassem de conciliar todo este trabalho não pago com a profissão e se recusassem a fazê-lo? “O país parava, a sociedade parava”, responde, lapidar, Sandra Ribeiro, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). “Estamos a falar de um trabalho que não acaba e, se tivesse expressão financeira, reconhecer-se-ia o quanto poupa o Estado, o quanto poupam as famílias.”

Não são contas difíceis de se fazer: no estudo intitulado “O valor do trabalho não pago de mulheres e homens - trabalho de cuidado e tarefas domésticas”, financiado pelo mecanismo financeiro EEA Grants e desenvolvido, entre 2020 e 2022, por uma equipa do Cesis – Centro de Estudos para a Intervenção Social, calculava-se que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentaria quase 80 mil milhões de euros, se este trabalho fosse incluído. O que os autores Heloísa Perista e Pedro Perista fizeram foi, a partir do ganho médio mensal dos portugueses, atribuir um valor monetário a um conjunto de tarefas, como ajudar uma pessoa acamada a comer ou a lavar-se, passar a roupa a ferro e cuidar dos filhos. E, tendo como referência 2019, ano em que o PIB era de 212,3 mil milhões de euros, segundo o INE, concluíram que a inclusão daquele

trabalho nas contas nacionais faria o PIB subir para cerca de 292 mil milhões de euros.

“É dinheiro que as mulheres deixam de ganhar ou dão de graça”, enfatiza Sandra Ribeiro, para quem é urgente fazer uma alteração no Código Civil capaz de assegurar que, aquando da separação ou divórcio, haja lugar ao pagamento de uma indemnização à pessoa que tenha assumido tais encargos. “É uma das recomendações de que vamos dar conhecimento à tutela, nomeadamente à ministra da Justiça”, adiantou, para precisar que os cálculos que vierem a ser feitos deverão, nos termos da mesma recomendação, ter por base o salário médio e não o mínimo. “Um dia essa alteração vai ter de acontecer, sobretudo atendendo à nova economia do cuidado em que estamos a entrar, com o envelhecimento da população”, preconiza.



Em 2021, o Supremo Tribunal de Justiça condenou um homem ao pagamento de mais de 60 mil euros à ex-companheira pelo trabalho doméstico e de cuidado dos filhos que esta tinha desenvolvido ao longo dos quase 30 anos de união. “O outro lado tinha argumentado que tal trabalho correspondia ao seu dever natural, enquanto mulher e mãe, e esta decisão veio dizer que não existe tal dever”, recorda Sandra Ribeiro.

Para a presidente da CIG, esta sentença veio “dar uma ideia do valor efectivo deste trabalho que é sempre altamente desconsiderado e securarizado”. O reconhecimento do seu valor no Código Civil contribuiria para “aliviar um bocadinho a situação de dependência económica e de potencial pobreza” que ameaça muitas mulheres, defende. “É uma forma de dar visibilidade a este género de trabalho, que hoje é considerado como zero e que, na verdade, vale milhões, inclusivamente para o Estado”, insiste, para deixar uma outra recomendação: a criação de uma conta satélite do trabalho doméstico não pago “para se perceber qual é exactamente o seu valor”.

**Igualdade de género**  
**A digitalização da sociedade**  
**está a deixar as mulheres**  
**ainda mais para trás**  
**Destaque, 2/3**